



DIVERSIDADE CULTURAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS: REFLEXÕES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Katy Conceição Cataldo Muniz Domingues
*Professor do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e
Saúde – PPG ECS – Afa Unigranrio*
E-mail: katy.domingues@unigranrio.edu.br

Leandro Oliveira dos Reis
*Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e
Saúde – PPG ECS – Afa Unigranrio*
E-mail: leandroppgecs@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisa como a pedagogia decolonial e a valorização da diversidade cultural contribuem para a construção de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar brasileiro. Com base em uma revisão narrativa de doze estudos, investigam-se os saberes afro-brasileiros, especialmente os Itãs e os simbolismos associados a Obaluayê, enquanto recursos culturais capazes de fortalecer processos identitários, enfrentar a intolerância religiosa e legitimar epistemologias historicamente marginalizadas pela colonialidade. Os resultados indicam que essas narrativas constituem ferramentas pedagógicas potentes para promover equidade, pertencimento e democratização das relações educativas. Persistem, entretanto, desafios vinculados ao eurocentrismo curricular, à formação docente insuficiente e às resistências institucionais que dificultam a efetivação de abordagens decoloniais. É observado que políticas públicas consistentes, práticas interdisciplinares e formação continuada são fundamentais para consolidar uma escola plural, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Diversidade religiosa, Educação inclusiva, Práticas pedagógicas.

Abstract

This study analyzes how decolonial pedagogy and the appreciation of cultural diversity contribute to the development of inclusive pedagogical practices in Brazilian schools. Based on a narrative review of twelve studies, the research examines Afro-Brazilian knowledge, particularly the Itãs and the symbolic elements associated with Obaluayê, as cultural resources capable of strengthening identity processes, confronting religious intolerance, and legitimizing epistemologies historically marginalized by coloniality. The findings indicate that these narratives constitute powerful pedagogical tools for promoting equity, belonging, and the democratization of educational relations. Persistent challenges remain, however, including curricular Eurocentrism, insufficient teacher training, and institutional resistance, all of which hinder the effective implementation of decolonial approaches. The study observes that consistent public policies, interdisciplinary practices, and ongoing teacher education are essential for consolidating a pluralistic, inclusive school committed to social justice.

Keyword: Religious diversity, Inclusive education, Pedagogical practices.

Introdução

O Brasil é caracterizado por uma pluralidade cultural, marcada por múltiplas identidades étnicas, linguísticas e religiosas que compõem seu tecido social. Entre essas inúmeras expressões culturais, as religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda constituem sistemas simbólicos fundamentais na formação da identidade coletiva de comunidades afrodescendentes, tendo emergido a partir de processos históricos complexos que envolveram escravidão, diáspora africana, resistência cultural, recriação de tradições e intenso sincretismo religioso. Essas religiões constituem, portanto, patrimônio civilizatório que integra a memória social brasileira e revela formas singulares de organização comunitária, cosmologias próprias, rituais e saberes ancestrais, sendo centrais para o fortalecimento das identidades negras (Souza; Sousa, 2022).

Apesar da relevância cultural e histórica dessas tradições, sua presença no ambiente escolar brasileiro permanece marcada pela invisibilidade, marginalização e por práticas simbólicas e institucionais que reproduzem processos de estigmatização e intolerância (Silva; Martins, 2022). Tal cenário persiste mesmo diante de marcos legais como a Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas e, em tese, deveria garantir a inserção das religiões de matriz africana como parte constitutiva desse conteúdo curricular. No entanto, a materialização dessa política ainda encontra entraves estruturais e culturais profundos.

Para compreender essa permanência da invisibilização no ambiente escolar, é imprescindível reconhecer a presença do racismo institucional como estrutura que atravessa políticas educacionais, práticas pedagógicas e representações sociais, limitando o acesso democrático ao conhecimento e desvalorizando tradições culturais afro-brasileiras. Esse racismo atua de forma explícita e implícita, produzindo segregações simbólicas que silenciam saberes, restringem a circulação de culturas e dificultam a construção de um ambiente verdadeiramente plural (Costa; Rosistolato, 2022).

Nesse contexto, a escola se mostra simultaneamente como um espaço de reprodução de desigualdades e lugar estratégico para a promoção de transformações emancipatórias. Nesse sentido, se insere a relevância de perspectivas pedagógicas como a freireana e certamente também a decolonial, defendendo práticas educativas capazes de desconstruir estruturas hierárquicas de conhecimento, valorizar saberes que vem sendo invisibilizados através da promoção da autonomia e consciência política nos sujeitos envolvidos no processo educacional (Freitas et al., 2021).

Estas pedagogias entendem o reconhecimento dos saberes originários como elemento central na luta contra o epistemicídio, a destruição sistemática de modos de saber não hegemônicos e, portanto, defendem práticas curriculares que favoreçam a diversidade epistemológica e o protagonismo cultural dos estudantes. A valorização de conhecimentos ancestrais afro-brasileiros torna-se, assim, ferramenta indispensável para enfrentar o racismo religioso e promover uma educação que seja verdadeiramente libertadora e plural (Cossard, 2007).

O presente estudo tem como objetivo analisar como práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas em perspectivas Freireanas e decoloniais, podem favorecer a integração das tradições e saberes afro-brasileiros no contexto escolar. Busca compreender maneiras estratégicas em educação, como a utilização dos Itãs e da simbologia do orixá Obaluayê na promoção e reconhecimento cultural, fortalecimento dos processos identitários, enfrentamento da intolerância religiosa e contribuição na construção de ambientes escolares mais equitativos, democráticos e acolhedores.

A metodologia utilizada consiste em uma revisão narrativa da literatura, contemplando doze estudos selecionados em bases científicas como SciELO, Google Acadêmico, ResearchGate e periódicos da CAPES, permitindo uma análise ampliada de lacunas, desafios e boas práticas educativas voltadas ao tema (Ribeiro; Vóvio, 2017; Brando, 2021). O artigo se organiza em três eixos principais: fundamentação teórica, discussão e considerações finais, buscando construir um diálogo crítico entre os

referenciais estudados e as problemáticas contemporâneas associadas à diversidade religiosa nas escolas brasileiras.

É esperado que a análise realizada contribua para o avanço das discussões acadêmicas e para o fortalecimento de políticas educacionais inclusivas que reconheçam e valorizem as religiões afro-brasileiras como parte constitutiva da diversidade nacional, promovendo ambientes escolares democráticos, acolhedores e comprometidos com a equidade (Alencar; Lins, 2018).

Fundamentação teórica

A pedagogia decolonial constitui um marco teórico central para compreender e enfrentar desigualdades educacionais historicamente produzidas pela colonialidade, surgindo da necessidade de desconstruir epistemologias eurocêntricas que por séculos legitimam formas hegemônicas de conhecimento e negam ou desqualificam saberes de povos por eles inferiorizados, notadamente os de matriz africana e indígena. Trata-se de um movimento que busca questionar a colonialidade do poder, do saber e do ser, propondo práticas educativas que desestabilizem hierarquias raciais, culturais e epistêmicas (Mota Neto, 2016).

A colonialidade do saber opera pela deslegitimação de epistemologias não ocidentais, produzindo assimetrias na forma como diferentes grupos têm seus conhecimentos reconhecidos socialmente. As Epistemologias do Sul propõem o resgate e valorização de saberes tradicionais, populares e ancestrais, argumentando que tais conhecimentos possuem valor metodológico e epistemológico próprio, devendo ser incorporados às práticas educativas (Santos, 2019).

Nesse sentido, a pedagogia decolonial se aproxima da educação intercultural, perspectiva que defende a valorização da diversidade simbólica, cultural e religiosa como elemento constitutivo dos processos de ensino e aprendizagem. A educação intercultural propõe que o reconhecimento das diferenças não seja apenas tolerado, mas afirmado e trabalhado como potência pedagógica, contribuindo para a construção de ambientes escolares democráticos, plurais e comprometidos com a justiça social (Ribeiro, 2023).

Um dos pontos centrais nessa discussão refere-se à necessidade de superar práticas pedagógicas que continuam a marginalizar as religiões afro-brasileiras, onde os currículos escolares, mesmo após avanços legais, ainda reforçam uma visão unilateral da religiosidade, reproduzindo invisibilização e silenciamento de expressões religiosas afro-brasileiras. Essa invisibilidade constitui forma de violência simbólica e reforça desigualdades históricas, dificultando o reconhecimento pleno da pluralidade religiosa existente no país (Natalli, 2023).

Para combater tais práticas, destacamos o papel estratégico da formação docente, cuja promoção contínua articulem consciência crítica, metodologia participativa e discussões profundas sobre racismo religioso, colonialidade e diversidade cultural se faz fundamental. A formação dos professores deve ir além de conteúdos técnicos, buscando transformar mentalidades, desconstruir estereótipos e fornecer ferramentas pedagógicas que permitam aos docentes lidar com a diversidade religiosa de forma ética, inclusiva e contextualizada (Silva, 2024).

Outro elemento fundamental é a dimensão pluralista e ecumênica da educação, que enfatiza uma postura pluralista que não se limita a tolerar a diversidade religiosa, mas busca valorizá-la como elemento enriquecedor da convivência social e da formação crítica dos estudantes. A valorização ativa das religiões afro-brasileiras no espaço escolar contribui para o fortalecimento social e para o combate às desigualdades, na medida em que reconhece a legitimidade de saberes historicamente subalternizados (Ribeiro, 2023).

A partir dessa perspectiva, se faz relevante aprofundar a compreensão sobre a contribuição dos saberes e narrativas afro-brasileiras no currículo, especialmente aqueles vinculados aos Itãs e aos orixás. As tradições orais, por meio de seus mitos e ensinamentos, constituem epistemologias próprias que articulam identidade, comunidade e pertencimento, oferecendo ao ambiente escolar ferramentas simbólicas para a construção de uma educação descolonizada. Obaluayê, enquanto orixá associado à cura, à transformação e à resiliência, representa uma dessas narrativas fundamentais. Sua trajetória, marcada pela superação do estigma e pela transmutação da dor em sabedoria, oferece uma metáfora potente para superar processos de exclusão e reconstruir formas de reconhecimento cultural (Cossard, 2007; Dantas, 2021).

Incorporar essas narrativas ao espaço escolar busca a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro como conhecimento legítimo e formativo. Nesse sentido, a pedagogia decolonial reconhece que Itãs com os de Obaluayê contribuem para a elaboração de práticas pedagógicas críticas que dialogam com experiências de racismo, vulnerabilidade e silenciamento enfrentadas por estudantes negros. Ao permitir que esses saberes circulem e sejam legitimados no ambiente educativo, a escola fortalece processos identitários, promove reconhecimento e amplia possibilidades de criação de ambientes democráticos, equitativos e acolhedores (Cossard, 2007; Santos, 2019; Ribeiro, 2023, Lacan, 2003).

Além disso, a intolerância religiosa deve ser compreendida como fenômeno estrutural. Essa forma de discriminação não se manifesta apenas em ataques explícitos, mas também em práticas institucionais que negam direitos culturais, produzem silenciamentos e reforçam narrativas excludentes. A pedagogia decolonial, nesse contexto, oferece caminhos para uma educação antirracista, antidiscriminatória e comprometida com a dignidade e os direitos das populações afro-brasileiras (Santos, 2019).

No âmbito das políticas públicas educacionais ainda prevalece uma inclusão superficial das tradições afro-brasileiras, frequentemente limitada a atividades pontuais e desvinculadas da prática curricular cotidiana. A superação dessa limitação exige políticas robustas que articulem formação docente, materiais didáticos adequados, revisão curricular e ações de combate ao racismo e à intolerância religiosa (Natalli, 2023).

Por fim, a pedagogia decolonial convoca metodologias de ensino que priorizem o protagonismo dos estudantes negros, valorizem os espaços culturais afro-brasileiros, como terreiros e comunidades tradicionais, e enfrentem as estruturas de opressão presentes no cotidiano escolar, buscando assim, a construção de uma educação verdadeiramente libertadora, capaz de promover justiça social e reconhecer o valor epistemológico de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Discussão

Os achados deste estudo evidenciam tanto os avanços quanto às limitações na inclusão das religiões afro-brasileiras no ambiente escolar, ressaltando a necessidade de uma análise crítica das práticas pedagógicas atualmente adotadas. A literatura revisada demonstra que a inserção das culturas afro-brasileiras no currículo, especialmente por meio do Ensino Religioso, apresenta potencial significativo para o enfrentamento da intolerância e para o fortalecimento do reconhecimento cultural, desde que conduzida de forma sensível, contextualizada e epistemologicamente crítica (Rosseto, 2017).

Entretanto, a prática educativa revela tensões persistentes: parte da comunidade escolar ainda manifesta resistência cultural, muitos docentes carecem de formação adequada sobre diversidade religiosa e questões étnico-raciais, e as políticas públicas permanecem insuficientes para assegurar a implementação efetiva de propostas curriculares que valorizem a pluralidade cultural. Esses elementos, quando articulados, demonstram que a promoção de uma escola inclusiva depende não apenas da previsão

legal, mas de um compromisso institucional que sustente práticas pedagógicas decoloniais e interdisciplinares (Natalli, 2023).

A análise dos estudos mostra que narrativas afro-brasileiras, como os Itãs de Obaluayê, quando incorporadas ao currículo escolar, constituem importantes ferramentas pedagógicas para o enfrentamento da intolerância e do silenciamento religioso. A literatura revela que Obaluayê, orixá associado à cura, resiliência e transformação, oferece simbolismos potentes para dialogar com experiências de dor, vulnerabilidade e resistência vivenciadas por estudantes negros, especialmente aqueles que enfrentam racismo religioso e exclusão simbólica no espaço escolar (Cossard, 2007; Ribeiro, 2023). Assim, as práticas pedagógicas que reconhecem esses elementos contribuem para deslocar epistemologias hegemônicas e ampliar o repertório cultural dos alunos, reforçando a construção de ambientes educativos mais inclusivos.

Os achados reforçam que a incorporação dessas narrativas no currículo não tem o objetivo de converter estudantes ou impor crenças, mas visa reconhecer e valorizar o patrimônio cultural afro-brasileiro como conhecimento legítimo e formativo, contribuindo para práticas pedagógicas críticas e inclusivas. Esse movimento, alinhado à pedagogia decolonial, legitima saberes historicamente reduzidos e favorece processos identitários dos estudantes, ampliando a circulação de epistemologias afro-brasileiras no espaço escolar. Ao abrir espaço para esses saberes, a escola fortalece o reconhecimento cultural, amplia a participação estudantil e contribui para a construção de ambientes democráticos, equitativos e acolhedores (Santos, 2019).

Para que o ensino alcance seu papel inclusivo, é fundamental que se estruture valorizando manifestações culturais, respeite os saberes tradicionais das religiões afro-brasileiras e crie espaços de escuta ativa para os estudantes, promovendo um ambiente democrático e plural. Esse processo requer o reconhecimento da importância da formação continuada dos professores que apontam a necessidade de ultrapassar um ensino focado exclusivamente em aspectos técnicos para promover processos de conscientização capazes de desconstruir preconceitos e estigmas enraizados historicamente. Programas de capacitação que incentivam reflexões críticas sobre raça, religião e cultura, aliados a práticas pedagógicas variadas, são essenciais para a efetividade das ações inclusivas no ambiente escolar (Carvalho ; Silva, 2018).

As técnicas qualitativas aplicadas, como entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo, são ferramentas importantes para aprofundar a compreensão das percepções de alunos e educadores acerca das religiões afro-brasileiras, permitindo identificar narrativas que necessitam intervenção e aquelas que podem ser potencializadas para fortalecer o processo educativo. Dessa forma, a formação docente deve estar articulada com a prática pedagógica cotidiana, possibilitando aos professores desenvolver um diálogo intercultural que valorize a diversidade e o respeito às diferenças como elementos enriquecedores da experiência educativa (Bardin, 2011).

Em relação às práticas pedagógicas, o diálogo intercultural emerge como eixo fundamental para a inclusão. Atividades como rodas de conversa, manifestações culturais, festivais e projetos interativos são estratégias eficazes para mobilizar a comunidade escolar na valorização da diversidade religiosa, estabelecendo pontes de entendimento e respeito mútuo. Essas práticas não apenas fortalecem a identidade cultural dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados, mas também criam um espaço pedagógico acolhedor, onde as diferenças são reconhecidas como riqueza cultural e não como ameaça ao convívio social. Assim, experiências de inclusão curricular têm o potencial de empoderar os estudantes, ampliando sua autoestima e participação ativa no ambiente escolar (Santos, 2020; Brando, 2021).

A adoção de um enfoque interdisciplinar amplia a compreensão das dinâmicas da invisibilização estrutural das religiões afro-brasileiras, incorporando a análise das interseccionalidades entre raça, classe, gênero e religião, fatores que impactam diretamente a experiência escolar e social dos estudantes (Muniz, 2023). A interdisciplinaridade permite interpretar a exclusão religiosa não apenas como um

fenômeno isolado, mas como parte do conjunto das desigualdades estruturais que atravessam os contextos educacionais e sociais. Essa compreensão é fundamental para que as políticas públicas e as práticas pedagógicas possam ser concebidas para atuar de forma efetiva na desconstrução dessas desigualdades.

Além disso, a relação entre a decolonialidade e as religiões afro-brasileiras reforça a compreensão de que essas manifestações ultrapassam a esfera espiritual para atuar também como práticas políticas, epistemológicas e culturais essenciais para a ressignificação de identidades historicamente marginalizadas (Mota Neto, 2016). Os terreiros, enquanto espaços de culto e sociabilidade, funcionam como verdadeiros centros de resistência cultural e produção simbólica, combatendo as narrativas hegemônicas e promovendo a reconstrução positiva dos sujeitos negros. Esses espaços culturais e religiosos contribuem para resgatar, valorizar e projetar uma cultura que o sistema colonial e a sociedade brasileira buscaram apagar ou desvalorizar, fornecendo aos estudantes referências identitárias construtivas e fortalecedoras (Maia, 2020).

Um dos grandes desafios para a escolarização das religiões afro-brasileiras é o enfrentamento da persistente intolerância religiosa, que se manifesta não apenas em episódios isolados, mas se configura como um fenômeno estrutural presente nas relações sociais, pedagógicas e institucionais (Santos, 2020). Essa intolerância se manifesta frequentemente por meio de opressões sutis, tais como o silenciamento, o preconceito implícito e a exclusão cultural, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas educacionais robustas que promovam uma educação antirracista e antidiscriminatória. Essas políticas devem assegurar a oferta de recursos adequados, a formação docente qualificada e a elaboração de currículos culturalmente sensíveis e contextualizados, capazes de garantir a efetiva inclusão das religiões afro-brasileiras no ambiente escolar.

Dessa forma, as contribuições do presente estudo ampliam o entendimento sobre as variadas formas de inclusão das religiões afro-brasileiras nas escolas brasileiras, demonstrando que a efetivação dessa inclusão demanda uma articulação cuidadosa entre esforços teóricos e práticos, educacionais e sociais. A construção de políticas educacionais que respeitem e valorizem essa diversidade cultural e religiosa representa um avanço decisivo, não apenas para a educação brasileira, mas para a reafirmação dos princípios democráticos, da cidadania e dos direitos humanos. Tal avanço contribui para a promoção de escolas verdadeiramente pluralistas, onde o respeito à diversidade e à justiça social sejam vivenciados na prática diária, assegurando um ambiente educativo saudável, acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.

Considerações finais

A análise realizada evidencia que a inclusão das religiões afro-brasileiras no ensino representa um avanço decisivo para a construção de uma educação plural, inclusiva e antirracista. Embora avanços legais e institucionais tenham sido alcançados, a integração consistente desses saberes nos currículos escolares ainda enfrenta desafios, como a resistência cultural, a falta de preparo docente e estruturas institucionais que reproduzem preconceitos velados e explícitos (Rosseto, 2017; Natalli, 2023).

O ensino desempenha papel estratégico nesse processo, desde que exercido de modo sensível, contextualizado e respeitando os saberes tradicionais afro-brasileiros, criando espaços que valorizem a diversidade cultural local e promovendo escuta ativa dos estudantes. A formação continuada dos professores se mostra essencial para a transformação das práticas pedagógicas, ao fomentar reflexão crítica sobre preconceitos, racismo religioso e colonialidade, contribuindo para ambientes escolares acolhedores, democráticos e equitativos (Carvalho; Silva, 2018; Ribeiro, 2023).

As práticas pedagógicas que promovem diálogo intercultural, como rodas de conversa, festivais culturais e projetos colaborativos, se mostram eficazes para empoderar estudantes pertencentes a grupos afro-brasileiros, fortalecendo sua identidade cultural e ampliando sua participação na vida escolar (Santos, 2020; Brando,

2021). Além disso, a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e a atenção às interseccionalidades entre raça, gênero, classe e religião permitem compreender a exclusão religiosa como parte de desigualdades estruturais mais amplas, reforçando a necessidade de políticas públicas articuladas, robustas e contínuas (Muniz, 2023; Mota Neto, 2016).

Assim, os itãs de Obaluayê ilustram de maneira concreta como narrativas afro-brasileiras podem ser incorporadas ao ambiente escolar para fortalecer identidades, promover o respeito à diversidade e construir práticas pedagógicas decoloniais. Obaluayê, orixá associado à cura, resiliência e transformação, representa uma metáfora potente para a superação de estigmas e exclusões históricas, oferecendo aos estudantes referências simbólicas e epistemológicas que contribuem para a reconstrução de processos identitários e para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro (Cossard, 2007; Dantas, 2021; Ribeiro, 2023; Santos, 2019)

A integração desses saberes legitima epistemologias historicamente marginalizadas, ampliando o repertório cultural da escola e fortalecendo ambientes educativos inclusivos e acolhedores.

Por fim, a efetiva inclusão das tradições afro-brasileiras no ensino exige um esforço coordenado entre políticas públicas, formação docente, práticas pedagógicas participativas e valorização da diversidade cultural. Só assim a escola poderá cumprir seu papel como espaço de justiça social, cidadania e respeito à pluralidade, reconhecendo os saberes afro-brasileiros como constitutivos da identidade nacional e como instrumentos poderosos de transformação educacional e social (Santos, 2020; Maia, 2020).

Referências

ALENCAR, Maria Barbosa; LINS, João Pedro. Práticas ecossistêmicas e educação em saúde na perspectiva de Paulo Freire. *Revista de Educação e Saúde*, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2018.

BRANDO, Maria. A diversidade na escola e a importância das práticas pedagógicas. *Revista de Educação e Inclusão*, v. 5, n. 2, p. 23-40, 2021.

COSSARD, Gisele. *Awô: o mistério dos Orixás*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2007.

COSTA, Thaynara Nascimento; ROSISTOLATO, Rodrigo. Estigmas religiosos em espaços escolares: dilemas para a escola republicana no Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica da Educação*, 2022.

DANTAS, Luis Thiago Freire. As chagas que nos acompanham são as mesmas que nos curam? *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, v. 11, e12, p. 1–7, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/43894>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FREITAS, Marianeide Menezes et al. *Pedagogia da resistência*. *Revista Debates em Educação*, 2021.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAIA, Carolina Ventura do Rosário. *Racismo religioso e educação: a filosofia como prática decolonial*. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2020.

MOTA NETO, João Colares da. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: convergências entre a educação popular e a investigação-ação participativa. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 84, 23 jul. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3424>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MUNIZ, Luciano Borges. Desafios em relação à diversidade frente às desigualdades e exclusão no cotidiano das escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 2023.

NATALLI, Margarete da Penha Dornellas. O Ensino Religioso a Partir da Fundamentação Oferecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Unitas*, v. 11, n. 2, 2023. DOI: 10.35521/unitas.v11i2.2764. Disponível em: <https://doi.org/10.35521/unitas.v11i2.2764>. Acesso em: 20 nov. 2025.

RIBEIRO, Mádson da Silva. Por uma educação constitucionalmente intercultural. *Revista FAMEN*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2023.r4a19>. Acesso em: 20 ago 2025.

RIBEIRO, Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. *Educação & Sociedade*, v. spe.2, p. 1–20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/pdCqb87YnG6cj8RQpMjXHkm/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVA, Cântia Quina da; MARTINS, Edna. Sentidos e significados sobre religiões de matrizes africanas no contexto da escola. *Revista Eletrônica de Educação*, 2022.

SOUZA, Laura; SOUSA, Ryta de Cassya. O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana. *Revista Lumen*, 2022.